GOVERNAMENTALIZAR OS CORPOS: MEDICAMENTOS SEM EFICÁCIA CIENTÍFICA E A COVID-19

GOVERNMENTALIZE THE BODIES: DRUGS WITHOUT SCIENTIFIC EFFECTIVENESS AND THE COVID-19

LA GOBERNAMENTALIZACIÓN DE LOS CUERPOS: MEDICAMENTOS SIN EFICACIA CIENTÍFICA Y LA COVID-19

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler[1]
Cíntia Régia Rodrigues[2]
Ana Claudia Lemos[3]

Resumo
A presente pesquisa teve por finalidade analisar os usos de medicamentos sem eficácia científica comprovada no combate à pandemia da COVID-19. O método de trabalho consistiu na elaboração de um estudo exploratório sobre notícias e notas informativas em publicações online em endereços eletrônicos e portais entre março de 2020 e junho de 2021, sobre conteúdos e títulos que fizessem menção a determinados tratamentos médicos, por parte de algumas autoridades políticas. Ao todo foram selecionadas 337 reportagens, sendo 83 delas no ano de 2020 e 254 no ano de 2021, e que foram organizadas em cinco categorias de análise: a) Tratamento precoce; b) Cloroquina; c) Ivermectina; d) KIT-COVID e, e) Negacionismo. A análise dessas categorias foi realizada tendo como referência os estudos foucaultianos sobre a biopolítica e a governamentalidade (FOUCAULT 1977; 2011). Concluiu-se que a utilização política dos medicamentos para a COVID-19 configura-se como uma alegoria das formas, ou melhor, das práticas refletidas de governo sobre a vida e a verdade. Deste modo, percebe-se que, no contexto brasileiro, a emergência de uma crise sanitária como a provocada pela pandemia de COVID-19 compreendeu a formulação de uma estratégia de controle sobre a vida da população a partir dos elementos estratégicos responsáveis por indicarem, na utilização desses medicamentos, a presença de uma suposta normalidade pela qual a Economia não seria afetada.
Palavras-chave: Pandemia. Dispositivos de Segurança. Governamentalidade.

Abstract
This research aimed to explore the political uses of medicines without proven scientific efficacy to fight the COVID-19 pandemic. Our working method consisted of preparing an exploratory study on articles, news and informative notes published on the web between March 2020 and June 2021, whose contents and titles mentioned alleged medicinal treatments by political authorities. A total of 337 articles were selected, 83 of them in 2020 and 254 in 2021, which were transformed into five categories: a) Early treatment. b) Chloroquine. c) Ivermectin. d) KIT-COVID and, e) denial. The analysis of these categories was carried out with reference to Foucault's studies on biopolitics and governmentality. It is concluded that, as the political use of medicines for COVID-19, it is configured as an allegory of the ways, or better, of the government's practices of reflection on life and on the truth. In this way, it is clear that, in the Brazilian context, the emergence of a health crisis such as that caused by the COVID-19 pandemic comprised the formulation of

[1] Graduado em Psicologia pela UNESC. Mestre em Psicologia pela UFSC. Doutor em Filosofia pela UNISINOS. Professor Permanente do Mestrado em Educação da FURB. E-mail: rsoler@furb.br
[2] Doutora em História pela UNISINOS. Professora Permanente do Mestrado em Educação pela FURB. E-mail: crrodrigues@furb.br
[3] Graduanda em Design pela FURB. E-mail: lemosanacl@gmail.com

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 64-78, jan./abr. 2022.	
Recebido em: 10/11/2021	Aceito em: 04/02/2022

a strategy to control the lives of the population based on the strategic elements responsible for indicating, in the use of these drugs, the presence of a supposed normality by which the economy would not be affected.
Keywords: Pandemic. Security devices. Governmentality.

Resumen
La presente investigación tuvo como objetivo analizar los usos de medicamentos sin eficacia científica comprobada en la lucha contra la pandemia de COVID-19. El método de trabajo consistió en la elaboración de un estudio exploratorio sobre noticias y notas informativas en publicaciones en línea en direcciones y portales electrónicos entre marzo de 2020 y junio de 2021, sobre contenidos y títulos que mencionaron ciertos tratamientos médicos, por parte de algunas autoridades políticas. En total, se seleccionaron 337 informes, 83 de ellos en 2020 y 254 en 2021, y que se organizaron en cinco categorías de análisis: a) Tratamiento precoz; b) Cloroquina; c) ivermectina; d) KIT-COVID y, e) Negativismo. El análisis de estas categorías se realizó con referencia a los estudios foucaultianos sobre biopolítica y gubernamentalidad (FOUCAULT 1977; 2011). Se concluyó que el uso político de los medicamentos para la COVID-19 se configura como una alegoría de las formas, o mejor dicho, de las prácticas reflejadas de gobierno sobre la vida y la verdad. De esta forma, se puede ver que, en el contexto brasileño, el surgimiento de una crisis sanitaria como la provocada por la pandemia de la COVID-19 comprendió la formulación de una estrategia de control sobre la vida de la población a partir de los elementos estratégicos responsables de indicando, en el uso de estas drogas, la presencia de una supuesta normalidad por la cual la Economía no se vería afectada.
Palabras Clave: Pandemia. Dispositivos de seguridad. Gubernamentalidad.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No final de 2019, os órgãos de saúde pública em Wuhan informaram as autoridades chinesas sobre a presença de um surto causado por uma nova espécie de coronavírus. As primeiras informações acerca desse patógeno relatavam que os sujeitos, ao serem contaminados, poderiam desenvolver uma síndrome respiratória aguda que os levava a óbito em poucos dias por conta do colapso do aparelho respiratório. Estávamos, portanto, diante do início de uma crise sanitária que, paulatinamente, se desdobraria agravando profundamente as já precárias relações humanas, políticas e econômicas do mundo no início do século XXI.

No campo das políticas de Estado, muitas medidas foram anunciadas por diversos países na tentativa de mitigar a curva de contágio e/ou transmissão. Essas ações envolveram desde a declaração de *lockdowns,* passando por medidas de isolamento e distanciamento social, a regulamentação da obrigatoriedade do uso de máscaras e a proibição de toda e qualquer atividade social que resultasse na aglomeração de sujeitos. Em poucos meses, a realidade superou qualquer prognóstico literário e distópico com o qual a nossa geração havia se habituado desde grandes livros como *Ensaio Sobre a Cegueira* ou *A Peste* (SARAMAGO, 1995/CAMUS, 1984).

Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

Essa geopolítica do vírus associada ao agravamento das persistentes crises – econômicas, ambientais, sociais e culturais - que atingem muitos países, sobretudo aqueles de economia emergente, convergiu na formulação de uma estratégia que, devido à pandemia, acabou por reforçar o estigma e o estado de exceção punindo com a morte, sobretudo os mais pobres. Em linhas gerais, a pandemia representou a captura das vidas precárias em consonância com o gerenciamento pela morte dos mais pobres, uma vez que:

> ... vivemos o aprofundamento e a crescente legitimação do que denomino de biopolítica da precariedade, como algo necessário para se ultrapassar a crise (hoje sanitária, e já se evidenciando como econômica) e retomar a "normalidade". Também me parece que assim se desenha um movimento na direção de sua cristalização como senso comum (no sentido de que não mais precise de justificação, nem de ocultamento, sequer eventuais) sobre como deve ser o governo das camadas populares, de seus territórios de moradia e de suas formas de gestão do risco e das urgências cotidianas (LEITE, 2020, p.02)

Da mesma forma, Boaventura Santos (2020) sustenta a tese de que a pandemia da COVID-19 é uma espécie de força centrífuga cuja finalidade não é outra senão dar forma a novos quadros em que a exceção torna-se a regra. Da mesma maneira, tal acontecimento não deve ser visto como uma oposição a um quadro de normalidade, visto que, desde as últimas décadas do século XX o neoliberalismo e o capitalismo financeirizado já flertavam com a precarização das existências tornando a crise um projeto permanente (ZIZEK, 2002). A pandemia significou o momento oportuno para que a pilhagem ocorresse em muitos territórios e países no que se refere ao sequestro dos patrimônios ambientais, no aumento da precarização da educação, o fim da estabilidade do servidor público e a flexibilização acentuada das relações de trabalho e empregabilidade.

Neste sentido, podemos destacar que a pandemia da COVID-19 suscitou uma estruturação do mundo globalizado não somente pelo governo sobre a vida, mas também pelas experiências ligadas às condições de matabilidade dos grupos mais vulneráveis dos pontos de vista social, étnico e econômico. A politização da biologia e biologização da política atingiram, com a COVID-19 níveis impressionantes que justificaram ações não somente de controle, mas de exposição proposital ao risco de inúmeros sujeitos (AGAMBEN, 2020).

Insistimos no fato de que, além uma emergência sanitária, a COVID-19 configura-se como uma experiência radical de modulação da governamentalidade das condutas, pois "(...) parece que uma vez esgotado o terrorismo como causa de medidas excepcionais, a invenção de uma epidemia poderia oferecer o pretexto ideal para estendê-los além de todos os limites"

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.
Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

(Agamben, 2020, s/p). Conforme sugere essa afirmação, os elementos ligados aos dispositivos de controle sobre a vida relacionam-se perfeitamente aos modelos propostos pelos governos de muitos países no que se refere supostamente ao controle da pandemia, tornando a exceção uma regra permanente no conjunto de práticas de assujeitamento.

Desde as primeiras semanas da sua homologação por parte da OMS, não faltaram anúncios de que o *mundo iria se reinventar após a pandemia.* Como se os desafios que iríamos enfrentar, nos meses subsequentes fossem suprimidos por palavras mágicas que se popularizaram entre nós como *home office*, criatividade, resiliência e, entre tantas outras que mascaravam toda a tragédia que se encontra em devir, sobretudo em nações pobres e com recursos limitados. A esse respeito nos advertiu Mbembe quando, em abril de 2020 publicou um dos melhores prognósticos sobre a inevitável governamentalidade dos corpos periféricos na pandemia.

> Há quem evoque, desde já, o "pós-COVID-19". Por que não? Para a maioria de nós, no entanto, e especialmente nas partes do mundo onde os sistemas de saúde foram devastados por anos de abandono organizado, o pior ainda está por vir. Na ausência de leitos hospitalares, respiradores, exames em massa, máscaras, desinfetantes à base de álcool e outros dispositivos de quarentena para as pessoas já afetadas, serão muitos aqueles que, infelizmente, não passarão pelo buraco da agulha (MBEMBE, 2020, p.01).

Isto é, mais do operacionalizar o controle sobre a vida dos indivíduos, a emergência da pandemia de COVID-19 deve ser encarada como uma estratégia de governamentalidade a partir da relação entre normalidade e segurança, cuja experiência recai sobre a proteção dos mais ricos e a exposição sistemática ao contágio dos mais pobres. Relação esta que, no contexto da pandemia, foi deliberadamente investida pela aliança entre o poder soberano e as novas formas de capitalização financeirizada na contemporaneidade. Seguindo nessa direção, governos de vários países tipificaram as ações da pandemia no sentido de favorecer o negacionismo em detrimento à ciência, mas com qual finalidade? Em um primeiro momento podemos situar a constituição do sofisma que dividiu os problemas entre a saúde e a economia. Mas, em um segundo momento também podemos perceber como a exposição ao risco de morte foi incentivada como projeto de governamentalidade a partir da apologia sistemática ao uso do tratamento precoce para a COVID-19 (DEMENECH *et al,* 2020).

Talvez aí resida a singularidade desta estratégia: que a ciência viu-se prostrada e assujeitada pelas ondas de desinformação e de *fake news*. Como se este acontecimento

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.
Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

produzisse um fenômeno curioso, em uma dita *sociedade do conhecimento*, que arrastou uma multidão de pobres em direção à morte, pela propagação do que chamamos ironicamente de *terraplanismo sanitário.*

Neste sentido, podemos afirmar que a COVID-19 produz uma fissura nas relações entre governamentalidade, dispositivos de segurança e práticas de normalização, em que a transmissão de uma suposta sensação de normalidade foi/é tão nociva e mortal como a transmissão do vírus.

A COVID-19 também abre espaço para a modulação de formas de subjetividade ligadas à defesa de uma liberdade em que o direito de *ir e vir,* torna-se uma prática suicidária e homicida. Esses efeitos percorrem os contornos de um regime de veridicção, sinalizando o que Foucault compreende como corpo-espécie. Uma estratégia cujo procedimento não é outro se não fazer transparecer

> (...) no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em tomo dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (FOUCAULT, 1977, p.132).

Como tal, inicia-se uma intensa corrida ligada ao desenvolvimento de ações voltadas à busca por medicamentos que poderiam, se não combater diretamente o vírus, mitigar os seus efeitos devastadores sobre a saúde, sobretudo aquelas que apresentavam alguma forma de comorbidade. É em meio a esse cenário confuso sobre as polêmicas ligadas às formas de transmissibilidade, grupos e comportamentos de risco, que a população mundial se viu às voltas com a indicação de medicamentos que, supostamente poriam fim à pandemia e devolveriam logo, a vida ao seu curso *natural*.

Neste sentido, podemos destacar que os elementos ligados ao uso propagandístico de medicamentos como a Cloroquina e a Ivermectina ganharam o centro das atenções governamentais a partir de critérios muitas vezes inconclusos por parte de grande parte da comunidade científica. É neste horizonte que se efetivam os contornos de um regime de governamentalidade sobre a pandemia de COVID-19, cuja inscrição se efetiva por novas

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.
Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

condições. Essas novas condições podem ser explicitadas a partir de um duplo movimento: a) As estratégias de saberes responsáveis por regular a segurança e transmitir uma ideia de normalidade, cujo fim não é outro senão o de adestrar e tornar a subjetividade uma máquina de governo a serviço do capital. b) os dispositivos de segurança e de normalidade gerados pela defesa de medicamentos sem eficácia científica comprovada, responsáveis por fazer transparecer um novo cenário para a governamentalidade, qual seja, a estrutura das condições de matabilidade do negacionismo como modo de vida.

O presente artigo procurou identificar, por meio de uma análise de conteúdo, os elementos ligados a esses regimes e o fomento ao uso de medicamentos, por parte de autoridades políticas, no que se refere ao enfrentamento à pandemia da COVID-19 no Brasil. Ao longo de 2020 e meados de 2021, foi realizado um levantamento de dados em endereços eletrônicos que noticiassem os sentidos da governamentalização dessa experiência singular que, envolveu a produção de todo um estilo de controle das condutas pelas quais a população, foi instrumentalizada a partir das dinâmicas voltadas para a produção de uma experiência ligada aos dispositivos de segurança, colocando-se em risco iminente frente à normalização dos dispositivos sanitários ligados ao contexto da pandemia de COVID-19.

A seguir apresentamos o percurso metodológico do nosso trabalho detalhando os procedimentos de escolha das notícias a serem analisadas, seus critérios de categorização, de inclusão e de exclusão e demais tarefas inerentes à produção deste artigo.

Posteriormente, passar-se-á à análise dos dados gerados e das categorias a partir de uma correlação com alguns estudos ligados aos desdobramentos e aplicabilidade da governamentalidade, da soberania e do estado de exceção.

Nossas considerações finais são dedicadas a pensar como todo o conjunto de enunciados nas notícias sobre a utilização de medicamentos sem eficácia comprovada contra a COVID-19 fizeram do Brasil um território, por excelência da morte como estratégia de governo.

O MÉTODO DE TRABALHO

O nosso método de trabalho foi estruturado desde a perspectiva da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo caracteriza-se como um procedimento investigativo cuja finalidade é interpretar e analisar cada vestígio documental presente no seu objeto de investigação. Nesse sentido, procuramos identificar, reportagens ligadas à defesa de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.
Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

medicamentos sem eficácia científica comprovada e foram amplamente difundidos e incentivados ao uso no Brasil a partir da emergência da pandemia de COVID-19, por parte de algumas autoridades públicas.

O método se estruturou tendo como referência os elementos ligados à descrição de enunciados presentes nessas mídias e que, divulgavam a defesa de tais medicamentos, por parte desses políticos.

Essas informações foram coletadas por meio de um levantamento de dados realizado entre os meses de março de 2020 a junho de 2021. Ao todo foram selecionadas 337 reportagens, sendo 83 no ano de 2020 e 254 no ano de 2021.

Os critérios de inclusão envolveram a explícita menção, nos enunciados das reportagens, da utilização de medicamentos considerados ineficazes contra a COVID-19 por agências reguladoras de saúde como a Organização Mundial de Saúde e a ANVISA[4]. De posse desses dados, estabelecemos os nossos critérios de exclusão em reportagens que mencionaram tão somente as propriedades terapêuticas, sem qualquer indicação de utilização e incentivo à utilização destas drogas por parte de estruturas governamentais.

Desse modo, 295 reportagens foram incluídas no escopo da análise e 41 reportagens foram excluídas. Após o dimensionamento quantitativo do material analisado, o próximo momento da pesquisa relacionou-se ao novo agrupamento dessas reportagens em categorias agrupadas a partir dos elementos qualitativos da análise de conteúdo. Desse modo, o agrupamento das categorias envolveu a menção às palavras: a) Tratamento precoce, b) Cloroquina, c) Ivermectina, d) Kit-covid e, e) Negacionismo. Para a realização da análise de cada categoria, utilizamos como referencial teórico trabalhos relacionados às leituras contemporâneas sobre a governamentalidade, os dispositivos de saúde e os elementos ligados à gestão governamental em meio à pandemia de COVID-19.

Finalizado esse processo, obteve-se a seguinte estrutura: a categoria a) Tratamento precoce que foi mencionada 180 vezes nas reportagens. A categoria b) Cloroquina que foi mencionada 62 vezes nos enunciados. Por sua vez, a categoria c) Ivermectina que foi mencionada 22 vezes. A categoria d) KIT-COVID que foi divulgada 06 vezes. Finalmente, a categoria e) Negacionismo que foi mencionada apenas uma única vez.

[4] Em relação a Organização Mundial de Saúde, realizou-se consulta no seu site para a América Latina (https://www.who.int/es). No caso da ANVISA, utilizamos como base a notícia-protocolo divulgada em seu site (https://www.gov.br/anvisa/pt-br) quanto aos efeitos nocivos de medicamentos utilizados no combate da COVID-19. A notícia-protocolo encontra-se disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/arquivos-noticias-anvisa/819json-file-1

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.
Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

ANÁLISE DE DADOS

Em relação à primeira categoria, no caso, o tratamento precoce apareceu 180 vezes nos enunciados das reportagens selecionadas. Em muitas situações, a eficácia desse suposto tratamento era colocada como uma experiência de gestão em excelência no enfrentamento à COVID-19 seja pelo discurso das autoridades políticas, seja pela manifestação das entidades representativas dos médicos e do empresariado brasileiro. A título de ilustração de tal perspectiva, constatou-se que o site da Prefeitura de Macapá apresentava em 20 de junho de 2020 a notícia de que a cidade atingira, até aquele momento, um padrão de excelência no combate à pandemia graças à adoção do tratamento precoce:

> A importância aqui no Amapá é que conseguimos mobilizar toda a rede de saúde, tanto pública quanto privada. Tivemos a aprovação do Conselho Regional de Medicina do Amapá e governo e prefeitura aderiram ao protocolo, e estão utilizando. Estamos conseguindo resultados para que a doença não desenvolva para outra fase mais grave, o que ficaria mais difícil de conseguir salvar os pacientes, já que o Amapá possuía o menor número de leitos de Unidade de Saúde Intensiva do Brasil", destacou a médica cardiologista. A videoconferência teve a participação da doutora Vânia Brilhante, da Unimed do Pará, que respaldou o uso do tratamento. Depois que começaram a utilizar com seus pacientes, entregando o kit de remédios, viram bons resultados. Hoje, a unidade já fornece para mais de 50 municípios do Pará. "O que estamos tentando evitar é que mais pessoas morram", disse (PREFEITURA DE MACAPÁ, 2020, s/p).

Esse discurso ressalta o papel da governamentalidade ao qual a pandemia de COVID-19 foi instrumentalizada no Brasil, transformando-se em um programa de governo direcionado pela falsa oposição entre a economia e a saúde da população brasileira. Conforme aponta Silva (2020), a taxa de letalidade da COVID-19 em 2020 girava em torno de 3,4% no nível da população mundial, segundo a Organização Mundial da Saúde. Ora, não parece nenhum exagero afirmar que a invenção do tratamento precoce foi muito mais uma estratégia de controle das condutas populacionais por parte de setores do governo do que propriamente um dispositivo ligado ao cuidado e à atenção à saúde. Reside no problema do tratamento precoce a experiência de uma governamentalização da pandemia no contexto brasileiro. Mais do que nunca, foi preciso instrumentalizar toda uma grade de inteligibilidade responsável por operar o tensionamento entre o governo da saúde da população e o governo econômico dessa mesma população.

Em 18 de março de 2021 o jornal *O Estado de Minas* noticiava que o governador daquele estado, publicamente declarara sua vinculação a esta experiência de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.
Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

governamentalidade. O título da referida reportagem – Zema: "se não fosse o tratamento precoce, o colapso já teria acontecido" - é absolutamente sugestivo em relação à dinâmica não somente da defesa do tratamento precoce, mas também de uma biopolítica da segurança. É sempre importante destacar, de acordo com Castelo Branco (2015) que, no contexto da crítica da governamentalidade, se percebe as correlações entre a racionalização dos regimes de governamentalização, os excessos do poder político e a verdade do mercado econômico.

Isto é, enquanto na soberania está em jogo o domínio absoluto a qualquer custo das práticas sociais, na governamentalidade do tratamento precoce da COVID-19 estão em questão as formas pelas quais um gestor deve operar o gerenciamento estratégico da sua população compreendida como natureza de um problema político. Na referida reportagem, o governador de Minas Gerais filia-se a tal dispositivo ao proclamar que:

> Entre o início da pandemia, que foi em abril do ano passado, e o mês de agosto, nós tivemos uma melhoria muito grande no que diz respeito ao tempo que as pessoas ficavam internadas exatamente por causa do tratamento precoce", afirmou o chefe do Executivo estadual à jornalista Leda Nagle. "Se não fosse o tratamento precoce, o colapso já teria acontecido", completou Zema. Apesar disso, o governador do Novo afirmou que não assumiu o protocolo por meio da Secretaria de Estado de Saúde por não haver comprovação científica (O ESTADO DE MINAS, 2020, s/p).

Desse modo, a governamentalidade do tratamento precoce compreendeu o gerenciamento administrativo por ações planificadas, ou melhor, por programas de governo, cuja governança seguiu a estratégia refletida da verdade do mercado econômico e da resolução de eventuais conflitos no que se refere às formas de condutas. Neste sentido, há de se destacar o papel do tratamento precoce como instrumento de propaganda de governamentalidade cujas experiências compreendem tanto a seguridade social, como também a manutenção da normalização da pandemia como contenção política da população. Em outras palavras, o que está em jogo é o procedimento operado pela governamentalidade, isto é, operar a própria ultrapassagem dos dispositivos legais efetuado por um projeto não de negação da realidade pandêmica, mas sim de normalização deste acontecimento. Acerca da normalização é correto afirmar que ela

> (...) tem uma natureza eminentemente antijurídica, fazendo funcionar por debaixo das leis um mecanismo de sujeição e de dominação que a análise tradicional da filosofia política, voltada para questão da legitimação do poder soberano e da afirmação de direitos e garantias, não percebe e, por consequência, mostra-se incapaz de criticar e de dar forma a uma contraposição eficaz (ALVES, 2018, p. 295).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.
Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

A segunda categoria mencionada neste estudo foi a cloroquina. A menção a este medicamento apareceu no título de 62 reportagens ou notícias veiculadas nas mídias digitais em 2020 e 2021. Em 6 de abril de 2020 o portal do governo do estado de São Paulo anunciara no seu portal que o "governo de São Paulo distribui 300 mil comprimidos de cloroquina". O medicamento deveria ser administrado em pacientes que teriam as suas reações adversas monitoradas. Muito embora, a nota indique que

> Até o momento, não há tratamento específico eficaz, com comprovação científica. Os estudos clínicos nacionais e internacionais em andamento, avaliando a eficácia e segurança de cloroquina/hidroxicloroquina para infecção pelo novo coronavírus, entre outros medicamentos em fase de pesquisa. Nesse sentido, a Secretaria da Saúde também reforça orientações para que os profissionais da saúde dos hospitais notifiquem a ocorrência de qualquer Suspeita de Reação Adversa a Medicamento após o início da terapia e/ou Suspeita de Desvio da Qualidade de Medicamento. Caso seja verificada qualquer uma dessas suspeitas, o serviço de saúde deverá fazer notificação no site do Centro de Vigilância Sanitária (CVS) estadual (PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020, s/p).

A mesma nota indica que seguiu uma diretriz instituída pelo Ministério da Saúde por meio de uma nota informativa publicada em 1 de abril de 2020, na qual se recomendava a utilização de medicamentos sem eficácia científica comprovada – como a cloroquina – pelo procedimento *off-label*, isto é, quando o médico, por sua própria conta e risco aplica no paciente fármacos não aprovados por agências reguladoras. Em vários momentos do ano de 2020, as autoridades governamentais exploraram a propaganda política da cloroquina como dispositivo de regulação de uma normalidade e controle da pandemia. Por exemplo, o portal da *BBC News Brasil* anunciou, no dia 8 de abril de 2020 que o Presidente da República defendeu publicamente a utilização da cloroquina em pronunciamento oficial à nação na noite daquele dia. Mesmo ciente de que a experimentação dessa droga não apresentava dados suficientes para a sua regulamentação contra a COVID-19, suas afirmações reiteravam o projeto de se tencionar os efeitos da cloroquina como uma estratégia de governamentalidade, estruturada como dispositivo de segurança. Em torno de tal perspectiva, Caponi alerta-nos que:

> Para entender a força dessa aparente oposição entre economia e vida, que divide países e, no Brasil, separa as estratégias adotadas pelos governadores de diferentes estados, vale a pena destacar a precariedade laboral, as inequidades e desigualdades existentes no contexto neoliberal no qual surge a pandemia. Nesse marco geral devemos situar-nos para entender por que motivo tantos estados repetem essa oposição como se de fato fosse possível imaginar conquistas econômicas edificadas sobre cadáveres. Esse marco geral permite entender por que motivo essa falsa oposição pode ser enunciada no Brasil pelo presidente e por seu

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.
Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

> ministro de Economia, mas também por figuras públicas e ex-presidentes neoliberais de outros países (CAPONI, 2020, p. 216).

Conforme tais palavras sugerem, os elementos ligados à produção de uma dicotomia entre saúde e economia compreenderam a racionalização da aplicabilidade de medicamentos sem qualquer comprovação científica, com uma única finalidade: dar continuidade ao projeto neoliberal que se encontra em curso no caso do Brasil. A cloroquina foi o emblema por excelência desse elemento de governamentalização das condutas no sentido de transmitir uma sensação de segurança. A sua defesa por inúmeros representantes do Poder Público, como também por associações médicas e grupos empresariais, não se caracteriza como um sofisma – isto é, um argumento lógico baseado em uma mentira – mas sim, como um critério de uma estratégia que liga o programa da governamentalidade neoliberal aos dispositivos de segurança e à prática de produção de uma verdade a ser intensificada como um processo de subjetivação. Ao longo de 2020 e nos primeiros meses de 2021 estivemos sob o paradigma dessa tripla relação (LEMOS ET AL., 2015).

Caminho semelhante percorreu a terceira categoria analisada. A menção ao uso da Ivermectina ocorreu 22 vezes. Chama a atenção a reportagem publicada pelo periódico O Estado de Minas Gerais, em que o presidente da república elogia a Universidade de Oxford pela realização de um estudo clínico sobre as contribuições e benefícios deste medicamento no tratamento da COVID-19. A mesma reportagem indica que

> "Parabéns, vamos entrar em contato com a Universidade para ver se a gente pode acompanhar esse estudo já que aqui no Brasil é uma complicação enorme", disse o presidente em crítica às pesquisas brasileiras que descartaram este tipo de tratamento ao comprovarem ineficácia do medicamento em pacientes da COVID-19 (O ESTADO DE MINAS, 2021, s/p).

O atual presidente do Brasil esqueceu, porém, que se tratava de um estudo, ainda em caráter inicial e, acima de tudo, não conclusivo, pois os próprios autores entendiam que os "resultados promissores" somente poderiam ser confirmados em ensaios clínicos mais abrangentes. Nesse sentido é que o projeto de uma governamentalidade neoliberal colocada em curso no Brasil contemporâneo constitui a base das biopolíticas construídas ao longo dessa pandemia. O efeito fundamental desse regime consiste em situar, nos seus relevos, um programa de sustentação das bases econômicas, das agendas reformistas e das retiradas de direitos e garantias fundamentais, em que a "economia não pode parar" torna-se o enunciado de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.
Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

um programa sistemático que vitimizou justamente aqueles que se expuseram ao risco sistemático e cotidiano da contaminação pela COVID-19.

Uma imensa parcela da população composta por trabalhadoras e trabalhadores informais, do comércio, produtos e serviços teve sua vida exposta a partir de um desdobramento das práticas de conduta responsáveis por recolocar o problema da biopolítica no cenário brasileiro. Efeito reverso da biopolítica: no caso, o problema consistiu em expor, de forma deliberada ao contágio justamente aqueles que menos têm acesso aos serviços de saúde e de seguridade assistencial. No nosso país, a COVID-19 e o uso político de medicamentos não pôde ser mais colocada sob a fórmula do "fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 1977), mas sim de um "fazer morrer e deixar morrer" a carne mais barata do capitalismo e do regime de governamentalidade neoliberal. A defesa da Ivermectina, bem como outros medicamentos, superou o tempo da ciência pelo tempo do neoliberalismo e a constituição de suas condições de matabilidade a partir da exposição e da estruturação da vida nua (AGAMBEN, 1995).

A quarta categoria analisada compreende o que foi apelidado por grande parte da imprensa brasileira de "kit covid", isto é, um conjunto de medicamentos prescritos por médicos ao longo de todo o ano de 2020 e, ainda é prescrito no ano de 2021. A menção que merece destaque desses medicamentos foi noticiada pelo portal da Prefeitura de Cuiabá, no Mato Grosso, cujo título é "Tratamento ofertado pelo Kit Covid19 é precoce e não preventivo, reforça secretário-adjunto de Assistência em Saúde". Na nota, o secretário de saúde daquele município reconhece que as medidas realmente eficazes para a prevenção à COVID-19 incluíam o respeito às normas de biossegurança, a higiene pessoal e o distanciamento social. No entanto, a mesma nota deixa claro que:

> A Prefeitura de Cuiabá iniciou, nesta terça-feira (21) a entrega de kits Covid-19 em 14 unidades básicas de saúde, visando atender a pacientes com sintomas iniciais da doença, como congestão nasal, febre, dor de cabeça e no corpo, diarreia, perda do olfato ou do paladar. Prezando pela saúde e segurança das pessoas, o secretário-adjunto de Assistência em Saúde, Luiz Gustavo Raboni Palma, ressalta que o tratamento proporcionado pela Secretaria Municipal de Saúde, seguindo protocolos do Ministério da Saúde, é indicado tão somente para esses quadros leves. "Está indicado no começo do tratamento precoce. Não é um preventivo!", frisa. Raboni Palma, que é médico, adianta que não existe eficácia comprovada de medicamentos na prevenção da Covid-19 e pede que as pessoas tenham consciência ao procurar atendimento médico, visando obter o kit Covid-19. "Se a pessoa mentir que está tendo sintomas e realmente não ter, além de não ter efeito o medicamento, vai retirar o medicamento de quem precisa", lembra (PREFEITURA DE CUIABÁ, 2021, s/p).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.
Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

Conforme pode-se observar, neste trecho reconhece-se o problema de saúde pública e emergência sanitária causado pela pandemia. Entretanto, o que interessa para nós, nessa nota, é a maneira pela qual a sensação de normalidade e de segurança é transmitida para a população. Em torno dessa questão, Foucault (2011) indica que, com a governamentalidade inicia-se uma nova modulação das condutas a partir do que ele mesmo compreende por sociedade de segurança cuja funcionalidade se dá a partir de um quadrilátero: em primeiro lugar, ela compreende a preocupação, por parte dos gestores dos espaços. Em segundo lugar, ela refere-se ao tratamento dado às questões aleatórias. Em terceiro lugar, a sociedade de segurança procura intensificar os conteúdos e formas de normalização e, finalmente, ela trabalha no sentido de estruturar as tecnologias de controle sobre a população.

Ainda segundo Foucault (2011), podemos perceber como a economia geral das ações biopolíticas da pandemia ocuparam-se em delimitar, de modo excessivo, a gestão dos dispositivos de governo voltados para a realidade da população. Ou seja, notas como a da Prefeitura de Cuiabá compreendem a tática fundamental da governamentalidade moderna, no sentido de precisar milimetricamente quais procedimentos podem preservar o corpo-espécie. O elemento alegórico desta tática não envolve somente a desinformação ou as *fake news*, mas sim a produção de um regime de verdade. O fundamento da experiência de propagação e incentivo ao uso de medicamentos sem eficácia científica não opera pelo jogo do verdadeiro e do falso, do certo e do errado, enfim, da ciência e do senso comum, mas pela intensificação de um regime de verdade responsável por perceber a população como um problema político responsável por ser, ao mesmo tempo, sujeito e objeto dos dispositivos de segurança.

A quinta e última categoria analisada foi o negacionismo. A rede Brasil Atual anunciou em seu portal no dia 18 de junho de 2021 que “Calheiros se recusa a ouvir defensores do tratamento precoce: ‘Basta de negacionismo.’ Neste dia, a base governista promoveu na Comissão Parlamentar de Inquérito a defesa aberta em relação ao negacionismo ao convidar médicos que eram favoráveis ao tratamento precoce da COVID-19. Esta questão reforça a ideia de que a constituição dos procedimentos de segurança e de normalidade compreende um dos elementos ligados à experiência da politização da medicina. Trata-se de um jogo que envolve os horizontes pelos quais são delineados os espaços de captura das práticas de poder e dos procedimentos de segurança responsáveis por curvar a própria experiência da medicina, deslocando-a dos seus horizontes epistemológicos ou ainda de uma suposta ética do cuidado, para enxergar em tal saber a sua racionalidade e operacionalidade política. Um dos efeitos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.
Recebido em: 10/11/2021 | Aceito em: 04/02/2022

fundamentais dessa experiência do negacionismo compreende a formação de uma prática médica entrelaçada com a governamentalidade neoliberal responsável por transferir o enunciado do direito à saúde, para o direito à manutenção da verdade econômica do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COVID-19 impactou as relações sociais do mundo contemporâneo. Essas relações podem ser delimitadas a partir das experiências ligadas ao contexto da saúde pública, da economia e das experiências éticas. Todo esse conjunto de fatores compreende a necessidade de percebermos esta doença como um acontecimento responsável por nos projetar em relação a um contexto tecnológico e de propagação dos (novos) elementos de uma agenda para a biopolítica no século XXI. Este acontecimento acaba por tensionar a contextualização de uma nova forma do que se conhece por biocapitalismo.

> Proteômica, genômica, farmacologia pós-genômica são os saberes nos quais o biocapital investe, retranscrevendo as fronteiras entre o direito público e o privado. Patentes, "bio-banking", novos "enclosures" dos commons, são, portanto, possíveis. Isso, novamente, não acontece de acordo com uma sequência causal linear – como se fosse o próprio capital a promover este tipo de transformação, mas sim de acordo com a lógica de subdeterminação. A escolha das oportunidades de investimento, atratividade para o capital financeiro, inovação científica e tecnológica, projetos de abertura, agem circularmente, uns sobre os outros, abrindo novas fronteiras científicas e novas possibilidades de valorização ao mesmo tempo. Na composição técnica do "biocapital" são incluídas as máquinas (computadores, bancos de dados, laboratórios: uma enorme parcela de capital fixo), mas também uma parte significativa de capital de giro (venture capital, cuja mobilidade está relacionada à possibilidade de autovalorização e inovação, por exemplo) (CHIGNOLA, 2015, p. 06-07).

A pandemia toma forma como um novo estilo de forma e conteúdo sobre o controle social por parte dos governos. No campo dos medicamentos, tal perspectiva ilustra com precisão como, no contexto brasileiro, sua utilização compreendeu a necessidade de uma contínua sensação de segurança operada pela certeza de que parte da população estaria imune aos movimentos ondulatórios da COVID-19 quando atingíssemos a imunidade de rebanho. Este pretenso sentimento de normalização pode ser compreendido pelas dinâmicas nas quais os elementos ligados à biopolítica desdobram-se perante os desdobramentos das práticas de governamentalização da morte, responsáveis por modular as experiências de condução das condutas, pelas quais a população torna-se sujeito e objeto não mais do controle social, mas do próprio abandono como regra do ordenamento governamental.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.

Recebido em: 10/11/2021	Aceito em: 04/02/2022

Por certo, as dinâmicas que envolvem a utilização política dos medicamentos para a COVID-19 no Brasil assumem um sentido central na produção de um ordenamento biopolítico responsável por perceber a população como problema a ser governado e/ou gerenciado continuamente por meio do sentimento de normalização. Esse sentimento percorre a composição de um elemento estratégico dos dispositivos de segurança adotados na pandemia Em linhas gerais, essa segurança não deve ser tomada como um mero efeito da aplicabilidade do conjunto de leis formuladas pela soberania. Ou seja, em termos da COVID-19 o dispositivo de segurança não se limita ao enquadre dos procedimentos ou formas de proibição e punição, mas é contextualizado como uma maquinaria responsável por esquadrinhar uma série de práticas responsáveis por ultrapassar os limites dos regimes jurídicos adentrando nos campos da economia, da saúde e da própria subjetivação.

É deste modo, que se percebe como a utilização política dos medicamentos para a COVID-19 configura-se como uma alegoria das formas, ou melhor, das práticas refletidas de governo sobre a morte e sobre a verdade da base da pirâmide social brasileira.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

AGAMBEN, Giorgio. **A invenção de uma epidemia**. Quodlibet, 2020.

ALVES, Marco Antônio Sousa. Cristianismo e racionalidade política moderna em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, São João Del Rey, n.17, p. 76-88, 2016. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos. Acesso em: 26 set. 2021.

ALVES, Marco Antônio Sousa. Desafiando a norma: normalização, resistência e guerra social no Brasil. **Psicologia em Revista**, v.1, n. 24, p. 291-301, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682018000100019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 10 jun. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

CAMUS, Albert. **A peste.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, São Paulo, V. 34, n. 99, p. 209-224, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>. Acesso em: 21 jul. 2021.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.	
Recebido em: 10/11/2021	Aceito em: 04/02/2022

CASTELO BRANCO, Guilherme. **Michel Foucault: filosofia e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHIGNOLA, Sandro. A Vida, O Trabalho, A Linguagem. **IHU Ideias**, v.13, n.228, p. 01-28, 2015.

DEMENECH, Lauro Miranda et al. Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia,** Rio de Janeiro, V. 23, p. 1-12, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200095>. Acesso: 30/01/2022.

FOUCAULT, Michel. **A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LEMOS, Flavia Cristina Silveira. *et al*. Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v.02, n.27, p. 332-340, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p332>. Acesso em 21 jul. 2021.

LEITE, Márcia Pereira. Biopolítica e Precariedade em Tempos de Pandemia. **Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social: reflexões na Pandemia**, Rio de Janeiro, p. 01-11, 2020. Disponível em: https://www.reflexpandemia.org/texto-23. Acesso em 15 jul. 2021.

MBEMBE, Achile. **Direito Universal à Respiração**. São Paulo: N-1, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Almedina, 2020.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, A. A. M. da. Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, n.23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200021>. Acesso em: 26 set. 2021.

ZIZEK, Slavoj. **Bem Vindo ao Deserto do Real!** São Paulo: Boitempo, 2002.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2022.	
Recebido em: 10/11/2021	Aceito em: 04/02/2022